



NOVO GOVERNO / Cotado para ocupar um cargo na área econômica da gestão Lula, Pécio Arida salienta a necessidade de resgatar uma grande população dependente de programas do Estado, mas sem aviltar as contas públicas

Responsabilidade fiscal inclui custo com social

» DENISE ROTHENBURG
ENVIADA ESPECIAL

Mathilde Missioneiro/Estádio Conteúdo

Nova York — Ex-presidente do Banco Central e integrante da equipe de transição do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o economista e professor Pécio Arida, um dos pais do Plano Real, saiu da Lide Brazil Conference — promovido pelo grupo do ex-governador de São Paulo João Dória — com uma grande torcida para que se torne ministro da Fazenda. Ele foi enfático na defesa da responsabilidade social, com o resgate da população marginalizada, sem deixar de lado a responsabilidade fiscal ditada pelo teto de gastos.

“Vamos ter que trabalhar num novo esquema porque o teto termina em 2026. Temos que evoluir para uma lei de responsabilidade fiscal e social. Se for só fiscal, haverá tal indignação que não se sustentará a fiscal. Se for só social, a crise da dívida vai se sobrepor. Temos que ter as duas leis e avançar de forma equilibrada”, destacou, diante de uma seleta plateia de aproximadamente 200 pessoas, que incluiu ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), empresários, banqueiros, advogados e detentores de fundos de investimentos. Muitos ali leram a análise de Arida como própria de um ministro da área econômica, pois agradeceu tanto os desenvolvimentistas quanto os mais liberais.

Ele salientou que, depois de 2023, os R\$ 600 do Auxílio Brasil não devem ser pagos com “excepcionalidades” — mais um sinal de que a responsabilidade fiscal tem de incluir o custo social. “O caminho são os recursos orçamentários. Todas as vinculações, no longo prazo, tendem a causar mais problemas do que soluções. Acredito que não é necessário fazer uma excepcionalização. Isso (os R\$ 600) estará no orçamento e será aprovado pelo Parlamento sempre que for necessário”, observou.

Regaste

O economista considera que a sociedade está consciente da necessidade do resgate social e, nesse sentido, recursos virão. Deu, ainda, a receita para cumprir tornar a responsabilidade fiscal e social uma questão só. Seriam três frentes:



Arida defende que, para o próximo ano, os recursos do Auxílio Brasil de R\$ 600 fiquem fora do teto. Depois, a verba deve estar no orçamento



Temos que evoluir para uma lei de responsabilidade fiscal e social. Se for só fiscal, haverá tal indignação que não se sustentará a fiscal”

Pécio Arida, economista



Teto foi e continua sendo fundamental. Temos que, de fato, criar uma excepcionalidade para este ano (para pagar o Auxílio Brasil), na medida em que orçamento não contempla isso”

Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda

uma reforma administrativa que unifique carreiras do funcionalismo; e abertura da economia; e a aprovação da reforma tributária que já está no Congresso, com a unificação de vários impostos no Imposto de Valor Agregado (IVA). “Essa é a mais factível para que seja

atingida no curto prazo, em seis ou oito meses. Já está amadurecida”, afirmou, referindo-se às propostas de emenda constitucional 45 (que tramita na Câmara) e 110 (no Senado), que unem vários impostos no IVA. “Temos uma responsabilidade de

curto prazo com os menos favorecidos, com os que estão em situação de insegurança alimentar, que vivem na rua. Uma população que, infelizmente, aumentou muito. Essa responsabilidade social precisa ser contemplada. A sociedade brasileira tem, hoje, um grau de

consciência da importância de redução das desigualdades muito maior do que antes”, salientou.

Arida lembrou que “os R\$ 600 (do Auxílio Brasil) custam R\$ 52 bilhões. Se somarmos os 150 por criança, chegamos a R\$ 70 bilhões. Ou seja: em termos de promessas eleitorais consensuais na sociedade hoje, já partimos de R\$ 70 bilhões”. Ele defendeu, ainda, a unificação dos programas sociais.

“Construção de indicadores e metas são importantes. Houve um aumento de gastos e a pergunta é: houve redução da pobreza? A impressão é que não. São 450 programas sociais. Temos avaliação do desempenho de cada um? Não. Temos que ter metas e sistematizar indicadores”, propôs.

Consenso

Entre todos os debatedores houve consenso sobre a necessidade de acoplar responsabilidade fiscal e social sob o teto de gastos. “Teto foi e continua sendo fundamental. Temos que, de fato, criar uma excepcionalidade para este ano (para pagar o Auxílio Brasil), na medida em que orçamento não contempla isso. O problema é à frente. Na medida em que há excepcionalidades permanentes, abre-se a porta para a discussão. A grande vantagem do teto de gastos: passou-se à discussão de prioridades”, afirmou o ex-ministro da Fazenda do governo Michel Temer e ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também cotado para ocupar algum cargo na área econômica do futuro governo.

Apesar da situação mundial preocupante, por causa das incertezas de juros e inflação nos Estados Unidos, a guerra na Ucrânia e a redução do crescimento da China, o clima em relação ao Brasil é de certo otimismo. O presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, foi direto ao cobrar metas dos programas sociais, assim como o ministro Gilmar Mendes, do STF. Já e o ex-governador João Dória resumiu que uma economia ajustada é a chave para a solução dos programas sociais.

A repórter viajou a convite da Lide Brazil Conference

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O general e a gênese do golpismo castrense

Desde de 1964, nunca houve tanta agitação a favor de um golpe militar como a que estamos assistindo desde a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ontem, Dia da Proclamação da República, seria apenas mais um dia em que gente muito fanática, defensora de uma intervenção militar, protestasse à porta dos principais comandos militares do país, entre os quais os do Planalto, em Brasília — onde residem a maioria dos generais de quatro estrelas —, e no Rio de Janeiro, que abriga o maior contingente militar do país. Seria apenas mais um dia de vigília bolsonarista, não fosse o Twitter do general Eduardo Villas Boas, uma indiscutível liderança militar no país, endossando as manifestações golpistas e pondo mais lenha na fogueira.

O ex-comandante do Exército poderia ter ficado na dele, mas não: decidiu surfar os protestos

para reafirmar sua liderança junto aos descontentes com a derrota do presidente Jair Bolsonaro e, talvez, na tropa que está na ativa. “A população segue aglomerada junto às portas dos quartéis pedindo socorro às Forças Armadas. Com incrível persistência, mas com ânimo absolutamente pacífico, pessoas de todas as idades, identificadas com o verde e o amarelo que orgulhosamente ostentam, protestam contra os atentados à democracia, à independência dos poderes, ameaças à liberdade e as dúvidas sobre o processo eleitoral”, afirma.

Com isso, o velho general alimentou ainda mais as infundadas críticas e maliciosas suspeitas ao resultado das urnas, com a mesma ambiguidade com que Bolsonaro silencia diante do resultado oficial da eleição, e não reconhece publicamente a inequívoca vitória de Lula. Pelo custo e envergadura

NÃO PODERIA HAVER DATA MAIS SIMBÓLICA PARA A MANIFESTAÇÃO DE VILLAS BOAS. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA FOI UM GOLPE MILITAR PARA IMPLANTAR UMA DITADURA

da mobilização, que ontem completou duas semanas, é evidente a existência de um forte movimento de extrema-direita, organizado com o propósito de melar a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Villas Boas critica a imprensa por não dar aos manifestantes a importância que gostaria.

“Talvez nossos jornalistas acreditem que ignorando a movimentação de milhões de pessoas elas desaparecerão. Não se apercebem eles que ao tentar isolar as manifestações podem estar criando mais um fator de insatisfação. A mídia totalmente controlada nos países na Cortina de Ferro não impediu a queda do Muro de Berlim. A História ensina que pessoas que lutam pela liberdade jamais serão vencidas”, afirma. Com fina ironia,

inverteu o significado de um velho bordão das esquerdas contra as ditaduras: “O povo unido jamais será vencido!”.

No dia 29 de outubro, véspera da eleição, Villas Boas havia publicado um tuíte no qual traçou um cenário catastrófico em caso da vitória de Lula, o quem tudo a ver com a sua manifestação de ontem.

O golpe de 1889

Não poderia haver data mais simbólica para a manifestação e a posicionamento de Villas Boas. A Proclamação da República foi um golpe militar, que se apropriou do movimento republicano com o propósito de implantar uma ditadura, como acabou ocorrendo

por duas vezes, na Revolução de 1930 e no golpe militar de 1964. O Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), principal chefe do Exército brasileiro, foi praticamente arrancado da cama, em 15 de novembro de 1889, para destituir a Monarquia.

Fora escolhido para liderar o levante militar pelos jovens oficiais liderados por Benjamin Constant (1836-1891), professor da Escola Militar da Praia Vermelha e expoente do Positivismo no Brasil, a doutrina que impregnou de tal forma a política brasileira que até sua síntese está bordada na bandeira nacional: “Ordem e Progresso”.

Democracia não é um valor universal no ideário positivista. O golpe foi rocambolesco. Reunidas no Campo de Santana, onde hoje está localizada a Praça da República e o Quartel General do Comando do Leste, Deodoro derrubou o gabinete do Visconde Ouro Preto e voltou para casa. Somante mais tarde, o velho e adoentado marechal foi convencido a assinar o documento que extinguiu a monarquia, que durava já 70 anos.

O imperador Dom Pedro II foi

banido do Brasil com a família, e embarcou rumo à Europa na madrugada do dia 17 de novembro, sem entender direito as razões de sua queda. A população somente soube mais tarde desses acontecimentos. Para evitar uma guerra civil, dom Pedro II não quis resistir, após 49 anos de reinado. Sabia que elite brasileira estava insatisfeita desde o fim da escravidão, em 1888.

Entretanto, não acreditava que os militares (irritados desde a Guerra do Paraguai) e os cafeicultores (que exigiam indenizações pela abolição da escravatura) o destituíssem. Muito menos a Igreja Católica, apesar de insatisfeita com o padroado (sua prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e o seu beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional), que já haviam provocado uma crise com o Vaticano, de 1872 a 1875. É que os sacerdotes eram tratados como funcionários públicos, recebendo salários da Coroa — teoricamente não apoiaram um Estado laico, republicano.